

Adoção inter-racial: uma prática em construção

Inter-racial adoption: a practice in construction

*Maurício Ribeiro Almeida
Vera Rocha Resende*

RESUMO

Este artigo discute os aspectos afetivos presentes na adoção inter-racial. Os temas levantados foram extraídos de uma pesquisa de pós-graduação¹ e estabeleceu como objetivos a análise da capacidade de acolhimento dos adotantes e sua relação com a construção da auto-imagem negra da criança adotada. Desse modo, o artigo procura cumprir duas funções: apresentar os principais aspectos obtidos na pesquisa, e levantar subsídios teóricos que possibilitem a reflexão e a implementação de novas práticas aos profissionais e demais segmentos da comunidade que se dedicam às questões da adoção e do desenvolvimento infantil.

PALAVRAS-CHAVE: adoção inter-racial; novas configurações de adoção; auto-imagem na adoção

ABSTRACT

This article discusses the affective aspects in the inter-racial adoption. The approached themes were obtained from a post-graduation research, from the master course level.² The research

1 *A construção do afeto em branco e negro na adoção – limites e possibilidades de satisfação.* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia e Sociedade, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Campus de Assis, 2003.

2 *Construction of a Black and White Affection in Adoption: limits and possibilities of fulfillment.* Faculty of Sciences and Letters – Unesp Assis, 2003.

established as its aims the analyses of the capacity of acceptance from people who adopt and its relation to the construction of Negro's self-esteem of the adopted child. Thus, the current article intends to have a double function: the main aspects obtained in the research; and raise theoretical subsidies which facilitates the reflection and the implementation of new practices to the professional and interested people who dedicate themselves to the adoption and to the child development issues.

KEY WORDS: inter-racial adoption; new configurations of adoption; self-image in adoption

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a adoção configura-se como medida jurídica capaz de propiciar o acolhimento de crianças e adolescentes desassistidos em suas necessidades básicas, essencialmente aqueles que romperam laços afetivos com a família biológica. Embora o procedimento encontre amparo em leis modernas, como o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, promulgado em 13 de julho de 1990,³ há, ainda, significativo contingente de crianças em instituições de abrigo que aguarda a possibilidade de se integrar em famílias substitutas. Dados estatísticos mostram que, somente na cidade de São Paulo, existem 2.600 crianças em instituições conveniadas com a Prefeitura ou o Estado e que um índice bem próximo é o das crianças que vivem em abrigos não conveniados. A maior preocupação é que, pelo menos, 500 crianças estejam morando nas ruas.⁴

Por outro lado, observa-se que, em todo o país, um grande número de casais e pessoas solteiras espera por uma criança nas filas de adoção das Varas da Infância e Juventude. No Estado de São Paulo, por exemplo, até setembro de 1999 havia 6.480 pessoas à procura de um filho.⁵ De acordo com dados do próprio Tribunal de Justiça do Estado, esse descompasso ocorre porque o perfil da criança institucionalizada, em sua maioria, tem idade acima de dois anos e é afro-descendente, entre outras

3 Os artigos de 39 a 52 do ECA mencionam as normas e os critérios que devem ser seguidos na concretização de uma adoção.

4 Cf. BIANCARELLI, A. São Paulo quer substituir orfanatos por famílias. *Folha de S. Paulo*, C 8, 12 maio 2002.

5 *1º Guia de Adoção de Crianças e Adolescentes no Brasil*. São Paulo: Winners, 2000.

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

características que não correspondem ao desejo dos interessados. Weber (2000, p. 108) ressalta que em Curitiba, entre candidatos habilitados para adoção, há 66,68% que aguardam uma criança de cor branca; 19,04% que admitem adotar uma criança até morena e somente 2,38% manifestam o desejo de adotar uma criança parda ou mulata, sem qualquer referência clara à tolerância de crianças negras.

A realidade suscita indagações a respeito dos fatores que interferem no desejo e na escolha dos candidatos à adoção de forma mais ampla e, especialmente, nos casos em que adotantes são de raça e cor diferentes do adotado, por exemplo: como se processaria o acolhimento da criança afro-descendente em família substituta? A partir da experiência no âmbito do Tribunal de Justiça,⁶ no trabalho de seleção e acompanhamento de candidatos à adoção, observamos que os futuros pais tendem a negar a existência do preconceito e justificam a opção antecipando, em nome da diferença de cor da pele, preocupação com a socialização da criança, transformada, agora, em alvo de preconceito e discriminação. Verificamos, no entanto, que tal assertiva não é, na maioria das vezes, questionada por psicólogos e assistentes sociais das Varas da Infância e Juventude, que, por sua vez, tendem a aceitar a posição dos interessados, legitimando-a. Por outro lado, profissionais que incorporam outra forma de pensar essa relação, não contam com dados de pesquisa que propiciem uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto, inibindo uma atitude coesa durante o processo avaliativo dos interessados.

Essa realidade dinâmica e rica de significados levou-nos a centrar a atenção na adoção inter-racial para conhecer as condições emocionais em relação ao acolhimento da criança, bem como avaliar a qualidade das relações familiares e das primeiras experiências de socialização da criança negra, tendo em vista a auto-imagem em fase de construção. O tema foi desenvolvido em projeto de dissertação de mestrado, concretizando o interesse de ampliar nossa visão a respeito das práticas de adoção. Nossa contribuição, neste artigo, é apresentar o resultado do trabalho, buscando pistas que nos levem ao entendimento do racismo e do preconceito, de um lado, e, do outro, compreender o modo como alguns pais, na adoção inter-racial, tentaram vencer obstáculos no desenvolvimento da criança afro-descendente.

6 Ingressei como psicólogo judiciário no Tribunal de Justiça de São Paulo em julho de 1996.

Algumas considerações sobre o racismo

O fenômeno do racismo envolve uma dupla reflexão concentrada tanto na influência histórica do racismo como no comportamento. A primeira congrega o mundo das idéias e a construção doutrinária que o mantém, a segunda atém-se aos fatos e às atitudes presentes em ações preconceituosas. A característica fundamental das teorias racistas é pressupor a existência de uma raça superior e outra inferior, baseada em falsos argumentos científicos (CARNEIRO, 1988, p.17).

O comportamento racista é moldado nas relações preconceituosas construídas por um processo histórico, em que interesses econômicos estimularam diferentes formas de preconceito; no entanto, somente no século 15, seria associado ao antagonismo de raças. A rivalidade entre os grupos, anterior a essa fase, estava relacionada às divergências religiosas entre cristãos e infiéis. Após as grandes descobertas e a colonização de novas terras, os interesses políticos dos países colonizadores foram encobertos por justificativas raciais e religiosas. O racismo, portanto, não é inato no homem, mas construído socialmente sob a égide de interesses políticos e socioeconômicos.

Segundo Costa (1979), o ideal de corpo saudável e robusto em contraste com o físico débil e doentio do indivíduo colonial, defendido pelos médicos higienistas do século 19, passou a representar o ideal da classe burguesa e da raça branca. Com base nesses elementos, erigiram-se critérios de diferenciação que, posteriormente, deram força e credibilidade aos princípios do preconceito racial.

Para Bento e Carone (2002), o legado da escravidão é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram do período escravista simbolicamente fortalecidos pela apropriação do trabalho do outro grupo durante quase quatro séculos. Assim, o silêncio em torno da questão permite ao branco não compensar e não indenizar os negros, afinal, os interesses econômicos sempre prevalecem.

Na década de 1930, as idéias de Gilberto Freyre sustentaram a construção do “mito da democracia racial”. Para o autor, o Brasil contava com condições extremamente favoráveis ao processo de miscigenação, não existindo, portanto, fronteiras entre negros e brancos. As diferenças raciais não eram mais explicadas pela constituição genética, mas sim pelos fatores ambientais, superando a concepção da existência de raças inferiores ou superiores. Nessa fase “otimista”, o Brasil passa a se ver como a nação que acolhe todas as diferenças e promove a integração de todas as raças de forma pacífica. Criou-se, assim, o mito da democracia racial que,

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

uma vez assimilado pelas elites brancas, mantém a consciência racista enfraquecida e as relações raciais reconciliadas até os dias atuais, negando a existência do preconceito e desencorajando o sujeito discriminado a desenvolver estratégias adequadas para superá-lo (CARNEIRO, 1988).

Na lógica de uma sociedade artificialmente desprovida de preconceitos não há crises, e quando emerge algum conflito, este não pode ser visto como um sintoma que atinge todo o sistema, mas como uma revolta que deve ser reprimida. A crise requisita mudanças em todas as relações implicadas na estrutura social; a revolta, por sua vez, circunscreve o conflito na ordem pessoal. Assim, se criam os mecanismos de opressão que destroem a identidade do negro, alienando-o.

A brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independentemente de quem a estiver portando enquanto atributo étnico ou, mais precisamente, racial. A brancura é o fetiche simétrico inverso do mito negro; funciona como um pré-dado, como uma essência que antecede a existência e as manifestações históricas dos indivíduos reais, que são apenas seus arautos idealizadores. O fetichismo em que se assenta a ideologia racial faz do predicado branco, da brancura, o sujeito universal e essencial, e do sujeito branco um predicado contingente e particular (COSTA, 1986 p. 106).

Assim, o racismo esconde sua face verdadeira: o fetiche condena o negro a negar o que contraria o mito da brancura e a desejar uma identidade contrária à realidade de seu corpo. Seu ideal identificatório se remete ao passado, quando ele poderia ter nascido branco, ou se projeta para o futuro, como promessa de promover o desaparecimento do corpo e da identidade negra.

O ideal de branqueamento que surgiu no passado como alternativa de mão-de-obra qualificada após o fim do regime escravista assumiu, recentemente, nova função: atribuir ao próprio negro os problemas relativos ao preconceito racial, inserindo-o no campo da patologia, ou seja, o desejo de branquear-se passa a ser entendido como inveja e falta de identidade étnica positiva por parte do próprio negro, um problema exclusivo dos afro-descendentes (CARONE, 2002).

Essa idéia é corroborada por outros autores que, a exemplo de Carone e Bento (2002), acreditam que o efeito do branqueamento é fazer com que a questão seja entendida como um problema do negro, que, descontente com sua condição inferior, procura identificar-se com o branco, como uma possibilidade de miscigenar e diluir suas incômodas características raciais.

Conforme vimos, o preconceito não está diretamente associado às características de um objeto, nem tampouco é indiferente a ele, mas certamente produz valores que direcionam as ações dos indivíduos. Certas características e julgamentos concebidos como inerentes a um objeto muitas vezes não o são, podendo ser fruto de uma visão distorcida da realidade e estarem associados a conflitos psíquicos.

A generalização de certas características de um determinado grupo para todos os indivíduos que o compõem é outro aspecto presente no preconceito. Deste modo, a experiência pessoal não é valorizada como forma para se enfrentar manifestações preconceituosas.

Adorno e Horkheimer (apud CROCHÍK, 1996, p. 48) afirmam que a maior dificuldade para eliminar os estereótipos está associada à noção de que o indivíduo preconceituoso não necessita entrar em contato direto com o objeto para desenvolver suas percepções. Assim, um conceito prévio dificilmente será modificado, mesmo empregando-se estratégias que levem à sensibilização ou ao esclarecimento acerca de uma visão distorcida da realidade. A experiência individual não é suficiente para modificar um conceito geral associado a um preconceito de raça; por outro lado, as experiências individuais são fortemente influenciadas por imagens e estereótipos associados a um determinado objeto.

De forma análoga, observa-se que a adoção inter-racial congrega amplamente os mecanismos peculiares ao preconceito. A percepção sem contato com o objeto ocorre quando os candidatos a pais adotivos rejeitam crianças negras e pardas por considerarem, *a priori*, que não poderão lidar com as implicações que julgam existir nas relações sociais – não se disponibilizando sequer a conhecê-las. Por outro lado, aqueles que optam por esse tipo de adoção personificam a quebra de valores socialmente determinados e podem ter que justificar sua escolha perante as expectativas da comunidade.

O desenvolvimento emocional e o papel das figuras parentais

Dentre as espécies vivas, o ser humano é, sem dúvida, a que se mostra mais dependente nos primeiros anos de vida. Além de requerer um cuidado intenso e contínuo, seu crescimento é lento, exigindo o atendimento constante de suas necessidades básicas e afetivas. Assim, somente após um longo percurso é que adquire a maturidade física e emocional que lhe permite ter autonomia e uma vida independente. Devido a essa característica, a família

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

passou a ser considerada como um importante meio de socialização primária. As condições ambientais favoráveis podem ser representadas pela provisão afetiva oferecida pelas figuras parentais, além de outras influências do ambiente e dos afetos vivenciados nas relações familiares. O exercício da paternagem e da maternagem, nas novas configurações de família, vem passando por reformulações.

O próprio conceito de adoção também passa por reformulação, pois começa a adquirir um sentido mais social, em razão do grande número de crianças órfãs e abandonadas em instituições de abrigo, conforme já apontamos. O interesse por novas práticas de atendimento tornou-se mais específico a partir da promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA, em 13 de julho de 1990, lei Federal de nº 8.069 que aborda as questões da infância e da adolescência e pressupõe a necessidade de implementação de políticas públicas que garantam os direitos dessa parcela da população. O Art. 19 do ECA é um dos exemplos dessa nova filosofia, pois, ao conceber a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, garante a eles a convivência familiar e comunitária. No campo da adoção, a mudança de paradigma pressupõe: encontrar uma família para a criança que dela necessita, e não somente localizar filhos para casais com problemas de infertilidade.

Embora o conceito de família sofra variações e influências do meio social – alterando-se e flexibilizando-se de acordo com os valores de cada época – ele mantém duas funções básicas: apoio emocional e proteção de seus membros em graus diversos, segundo o tipo de sociedade em que se insere (RESENDE, 1989, p. 19).

Spitz (1993), ao abordar os aspectos do desenvolvimento emocional do indivíduo no primeiro ano de vida, norteia seus estudos a partir de observações dos padrões filogenéticos, das influências das condições ambientais e do papel dos afetos na organização psíquica do bebê. Para o autor, é inestimável a importância dos sentimentos da mãe em relação a ter um filho, o seu filho, criando na relação mãe-filho, o que se denomina clima emocional favorável. São os sentimentos maternos em relação ao filho que propiciam esse clima emocional. Portanto, o amor permanente e a afeição pela criança a tornam um objeto de contínuo interesse para a mãe; além desse sentimento persistente, ela lhe oferece uma gama sempre renovada, rica e variada, todo um mundo, de experiências vitais. O que torna essas experiências tão importantes para o universo infantil é o fato de que elas são interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno,

fazendo com que a criança responda a essas fontes de experiências e estímulos, o que é essencial na infância, pois nessa fase os afetos são de importância muitíssimo maior do que em qualquer outro período posterior da vida.

As inter-relações entre as condições ambientais e os processos de maturação ocorrem, segundo Winnicott (1982), em função de uma base segura de relações gratificantes e estáveis durante a infância, uma vez que ela permite o desenvolvimento de estruturas internas necessárias à autonomia pessoal. Com o tempo, as crianças vão adquirindo segurança mesmo frente às situações mais adversas, como, por exemplo, em casos de doença ou morte de um dos pais ou quando o lar, por uma razão ou outra, desfaz-se.

No primeiro ano de vida, é que o bebê dará os primeiros sinais de independência. No início, há uma dependência absoluta em relação ao ambiente físico e emocional. Nesse estágio, não há vestígios de uma consciência da dependência, que se torna conhecida pela criança de forma gradativa, possibilitando-lhe comunicar ao ambiente suas necessidades. Consta-se, aí, um avanço gradual em direção à independência, sempre marcado por momentos de dependência e estágios de regressão.

A criança passa a adquirir o *status* de indivíduo quando sua personalidade se torna integrada. Essa integração, no entanto, não é adquirida de forma instantânea, mas desenvolve-se lentamente a partir de um estágio primário de não-integração. Inicialmente, o bebê passa por uma série de fases em que aprimora a motilidade e as percepções sensoriais. A segurança propiciada pela mãe pode representar o alívio das tensões ou aplacar uma sensação de não-integração. Um gesto simples, como segurar no colo, pode, por exemplo, oferecer uma rica fonte de segurança. Winnicott chamou este gesto materno de *holding*; segundo o autor, deve ser entendido como o segurar físico, o aconchego, a provisão ambiental total proporcionada pela mãe ao bebê, condição que propicia à criança uma sensação de bem-estar e segurança, permitindo-lhe o alívio de tensões e impulsos que nessa fase ainda não foram controlados. A assertividade da mãe e do pai no exercício de suas funções básicas – alimentar, proteger e oferecer afeto – dependerá de sua capacidade perceptiva e empática em relação aos filhos.

Dados da pesquisa empírica

A pesquisa que, é corpus para este trabalho, foi realizada com um grupo de 6 crianças adotadas e seus pais. Os dados foram

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2005.

obtidos por entrevistas com os pais e as crianças separadamente. Utilizamos ainda, com as crianças, um instrumento auxiliar de coleta de dados, o desenho da família e uma história infantil especialmente adaptada aos objetivos do estudo.

Após a reconstrução das histórias de adoção inter-racial, observamos que as experiências dos participantes foram marcadas por aspectos que influenciaram a capacidade de acolhimento, como:

– a esterilidade ou a perda da capacidade reprodutiva eleva as expectativas em torno da criança desejada. Nos casos em que o luto por essas perdas não foi elaborado de forma mais satisfatória, observou-se maior rigidez em relação ao perfil da criança, reduzindo-se as chances de aceitação da adoção inter-racial;

– adotantes que já tinham filhos biológicos, ou mesmo os que não manifestaram motivações mais específicas no momento em que recebiam a criança, mostraram-se mais tranquilos e com maior disponibilidade afetiva para aceitar os atributos negros do adotando;

– a falta de disposição interna para a adoção inter-racial gerou certa ansiedade e insegurança nos adotantes ao assumirem uma criança afro-descendente, levando-os a se adequarem à situação e a buscarem um poder religioso para justificar uma adoção que diferia das expectativas iniciais;

– houve dificuldades no processo de integração familiar e de socialização da criança quando não existia disposição interna dos pais até mesmo para aceitar a condição de adoção. Nesses casos, as características de negritude foram negadas, por colocarem em evidência tanto as diferenças étnicas quanto à própria adoção;

– a presença de pessoas negras no grupo familiar, quando ocorreu, não contribuiu para que a criança valorizasse a própria etnia ou para garantir maior integração ao contexto familiar. Essa referência, no entanto, auxiliou na intervenção dos pais quando o filho enfrentava situações de preconceito;

– de forma geral, os adotantes não demonstraram preocupação em transmitir aos filhos os valores da cultura negra. As famílias adotivas não desenvolveram relações mais estreitas com pessoas negras da comunidade ou com grupos organizados que atuam na valorização da consciência negra.

Pudemos observar que as crianças estão construindo a autoimagem racial a partir das relações familiares e das primeiras experiências de socialização, de acordo com as seguintes vivências:

– desenvolvimento de uma percepção mais apurada sobre a etnia negra em torno do terceiro ano de vida. Após esse reconhecimento, passam a questionar os pais sobre as diferenças da

cor da pele observadas entre ela e o grupo familiar;

– busca de referências externas que possibilitem explicações sobre as diferenças, formas de identificação e aceitação das próprias características étnicas;

– a tendência à negação dos atributos físicos se acentua quando a família acolhedora rejeita consciente ou inconscientemente as diferenças apresentadas;

– a negação dos atributos nos primeiros estágios de desenvolvimento e o desejo de ter pele branca são favorecidos a partir da introjeção de valores sociais que supervalorizam um ideal de ego branco e consideram a negritude como algo desvalorizado e inferior;

– foi constatado um bom nível de integração familiar, apesar das dificuldades de socialização atreladas ao preconceito racial e à adoção e sentimentos positivos em relação aos cuidados parentais recebidos;

– conforme nos estudos de Tizard e Phoenix (1989), as crianças apresentaram um nível de identificação racial abaixo do esperado – no sentido das dificuldades que têm para se reconhecerem como negras -, mas um bom nível de integração familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados nos permitem tecer algumas considerações sobre a questão principal lançada neste artigo – o sucesso da adoção está vinculado à semelhança física entre pais e filhos? Os dados obtidos indicam que a formação dos vínculos afetivos entre adotantes e adotados não passa pela etnia dos atores envolvidos nesse processo.

Na reconstrução das histórias de adoção inter-racial, registramos experiências de satisfação com o exercício das funções parentais, além de um bom nível de integração da criança com a família substituta. Quando os pais apresentam uma visão realista para tratar as diferenças étnicas, a adoção transcorre em ambiente mais favorável. Assim conduzido, o processo adotivo pode levar a criança a se aproximar da própria negritude, em lugar de tentar, obstinadamente, assemelhar-se aos pais. Grow e Shapiro (1974, apud RUSHTON, A.; MINNIS, H., 1977) observaram que a habilidade dos pais adotivos inter-raciais para reconhecer a cor negra do adotado correlaciona-se positivamente com o ajustamento do mesmo, sugerindo que a forma como a família lida com os temas de raça colabora para o seu desenvolvimento global. A diferença da cor da pele pode, inclusive, favorecer o processo de revelação da

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

adoção, no momento que a criança necessita entrar em contato com a própria história de vida, como encontramos nesse relato simples, mas fortemente caracterizado pela capacidade empática da mãe adotiva, preocupada em fortalecer uma auto-imagem racial positiva em sua filha:

Quando ela perguntou para mim por que ela era negra e eu branca, eu respondi que papai do céu quis, mas o porquê eu não entendia muito bem... Eu sei que ela falou para mim que queria ser branca... aí eu falei para ela não ficar magoada, porque papai do céu faz as coisas certas e então falei assim: ...que era que nem que fosse um pão no forno, que Deus ia fazer a mãe, ia fazer (o marido), o irmão (filho biológico da mãe adotiva) e assim por diante, né... então eu falei assim, ó eu nasci branca, aí ele (Deus) quis deixar o (marido) um pouquinho mais no forno, ele nasceu moreno, um moreno claro... que era meu marido, né e você Deus deixou um pouquinho mais no forno, então você nasceu morena mais escura, você entende como Deus fez as pessoas? Ele (Deus) queria que você nascesse assim, porque você só ia ser perfeita assim! Então você tinha que ser negra e não branca... se pintasse você de branca não ia ser você... você seria outra pessoa.

A ausência de uma disposição interna para a adoção inter-racial gera dificuldades de aceitação da etnia da criança, imprimindo à experiência adotiva sentimentos ambíguos e até um tom de lamento, conforme verificamos nos relatos a seguir:

Infelizmente, por isso que quando vem me perguntar, eu falo que não quero (participar de grupos de adoção). Aí não! A gente quer pôr uma pedra em cima, esquecer tudo isso, eu tenho a impressão de que se não fosse pela cor, por a (filha adotiva) ser mais morena... pela cor dela, já tinha caído no esquecimento há muito tempo.

Poderia ter sido (da barriga), mas não foi assim que Deus quis, então, eu já converso, eu já conversei com ela, nunca mais ninguém perguntou... pra ela né... pra gente sim, ô agora não perguntam mais não... então aí é a coisa que eu fico perguntando se a (filha adotiva) fosse mais clara como nós, acho que já tinha caído no esquecimento né, é uma pena.

Certas particularidades foram encontradas no processo de socialização da criança em consequência do preconceito racial que ainda circula nas diferentes esferas do relacionamento humano. Conforme já afirmamos, após o terceiro ano de vida, as crianças manifestam o desejo de ter pele branca e apresentam alguma dificuldade para se reconhecerem como negras. Essa constatação, no entanto, não contra-indica essa forma de adoção, uma vez que observamos que a vinculação afetiva é possível, pois a criança pode adquirir uma visão mais positiva acerca da negritude. Portanto, não

se trata de combater a adoção inter-racial, mas sim as diferentes formas de preconceito que insistem em reservar ao negro um papel secundário na sociedade contemporânea. Constatase, inclusive, que essas questões não estão restritas às crianças adotivas, afetando igualmente as crianças afro-descendentes que permanecem com as famílias biológicas. Elas também enfrentam o preconceito racial e podem manifestar o desejo de serem brancas. Nesse sentido, Tizard e Phoenix (1989) descobriram que os pais negros, tanto quanto os brancos, precisam fornecer estratégias de sobrevivência a seus filhos, inclusive dizer aos mais jovens para que eles tenham orgulho de sua cor.

Esses dados indicam que os candidatos à adoção devem encontrar nos serviços especializados, como os que são oferecidos pelo Poder Judiciário e outros programas, momentos de reflexão e de amadurecimento das próprias motivações, pois tal redimensionamento pode fortalecê-los e instrumentalizá-los para a vivência da maternidade e da paternidade, assim como para o enfrentamento do preconceito racial.

Os pais que já convivem com a criança necessitam de estratégias para auxiliá-la a desenvolver uma valorização da própria negritude, o que pode ser viabilizado se a criança dispuser de um *locus* para vivenciar os diferentes aspectos da etnia negra e entrar em contato com suas raízes socioculturais. Essas estratégias podem facilitar o encontro de um referencial mais concreto que permita a construção de uma identidade negra mais positiva e preparada para lidar com as diversas formas de preconceito que ainda persistem. A criança que se depara com o preconceito racial pode ser ajudada se for levada a entender que as manifestações de racismo não decorrem das deficiências ou das falhas pessoais dos negros, mas ocorrem devido às desigualdades sociais que separam brancos e negros. Seria oportuno que se transmitisse à criança a idéia de que tais dificuldades podem ser superadas de forma coletiva e que as saídas para os conflitos acabam sendo encontradas sem que ela precise negar a própria cor como único caminho para o enfrentamento do preconceito.

Ações integradas entre os grupos de apoio à adoção e os grupos organizados de valorização da consciência negra são necessárias. Os subsídios produzidos por esses grupos podem viabilizar parcerias que auxiliem os interessados em adoção inter-racial a se prepararem para as suas especificidades, bem como subsidiar a elaboração de materiais de apoio pedagógico e de orientação aos pais.

Acreditamos que um primeiro passo para as mudanças nas

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2005.

práticas adotivas pode ocorrer a partir da desconstrução do mito da criança ideal, perfeita, dotada somente de qualidades e personificada por um padrão estético que tem na cor de pele branca um ideal a ser atingido; o que se tornou uma estratégia para atender aos desejos narcísicos dos candidatos ou uma forma de se reparar os anseios de uma parentalidade biológica não alcançada. Sabemos que o processo de mudança é lento e requer esforços e ações coletivas. Não podemos desconsiderar que a implementação de novas práticas é necessária, uma vez que as estatísticas atuais mostram que um grande número de crianças afro-descendentes aguarda a oportunidade de se inserir em uma família substituta.

O contato dos candidatos à adoção com as crianças – e não somente bebês - que se encontram nas instituições de abrigo pode ser um exemplo de implementação de novas metodologias de trabalho na área da adoção. Um projeto dessa natureza deveria propiciar aos interessados o acesso às condições objetivas da criança institucionalizada, ajudando-os a amadurecer as próprias motivações em torno da adoção e seu ideal de parentalidade. A proposta não sugere que os candidatos se dirijam às instituições apenas para escolher uma criança, mas que tenham a oportunidade de entrar em contato com a criança real, possibilitando-lhes a desconstrução ideal do filho fantasiado que, muitas vezes, não pode ser materializado nem mesmo pela parentalidade biológica.

De forma geral, as experiências levantadas mostraram que, diferentemente do que o senso comum prega, a cor da pele não é uma barreira intransponível e, apesar das dificuldades geradas pelo preconceito racial, a adoção inter-racial é um caminho possível para a vivência dos afetos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13.07.90
- CARNEIRO, M. L. *Preconceito racial*. Portugal e Brasil colônia. Brasiliense, 1988.
- CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Orgs). *Psicologia social do racismo*. Estudo sobre branquitude no Brasil. Vozes, 2002.
- COSTA, J. F. Ordem médica e norma familiar. In: _____. *Violência e Psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- CROCHIK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. In: *Temas em*

psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, n. 3, p. 47-70, 1996.

FERREIRA, M. R. P; CARVALHO, S. R. *1º Guia de adoção de crianças e adolescentes do Brasil*. Winners, Fundação Orsa, 2000.

RESENDE, V. R. *Estudo da representação do universo sexual de um grupo de mulheres da periferia da grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado, 152 p. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

RUSHTON, A.; MINNIS, H. Annotation: transracial family placements. *J. Child Psychol, Psychiat*, Cambridge University Press, v. 38. n. 2, p. 147-159.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TIZARD, B.; PHOENIX, A. Black identity and transracial adoption. *New Community*, v. 15, p. 427-437, 1989.

WEBER, L. N. D. *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá, 2000.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ALMEIDA,
Maurício Ribeiro;
RESENDE, Vera da
Rocha.
Adoção inter-racial:
uma prática em
construção.
Mimesis,
Bauru,
v. 27, n. 1,
p. 95-108,
2006.